

Socialismo e Fascismo na América Latina hoje*

Theotônio dos Santos¹

1. Balanço Histórico

A história política recente do subcontinente latino-americano está marcada pela decadência ou debilitação das correntes nacionalistas e democráticas burguesas e pela radicalização política que tende a colocar frente a frente regimes de força com crescente conteúdo fascista e movimentos populares revolucionários de progressiva tendência socialista. A constatação da existência dessas tendências pode ser verificada quando analisamos o processo de luta de classes no continente depois da Revolução Cubana e observamos que este se agravou em certos momentos, nos quais se manifestou de maneira cada vez mais aberta a polarização que indicamos. Vejamos algumas dessas conjunturas:

Em 1961-64 há um agravamento da luta de classes no Brasil em resposta ao intento golpista da direita em 1961. Em 1964, formou-se um enfrentamento entre, de um lado, uma aliança das forças populares (expressada na Frente de Mobilização Popular que reunia as centrais sindicais, camponesa e estudantil, o comando nacional dos sargentos e os oficiais nacionalistas, a frente parlamentar nacionalista, que apoiava o governo do presidente Goulart que hegemonizava este conjunto de forças sociais), e, do outro lado, a mobilização da direita ao redor de um movimento de massas “pela família, por Deus e pela propriedade”, uma frente parlamentar anticomunista e a conspiração militar direitista, tudo isso apoiado e articulado pelo comando militar dirigido pelo próprio Chefe do Estado Maior de Goulart (Marechal Castelo Branco) e pela CIA². Tal enfrentamento nunca assumiu uma forma ideológica aberta entre socialismo e fascismo, aparecendo como expressões radicalizadas do nacionalismo de tendências populistas e o liberalismo de tendências autoritárias. No entanto, a radicação do enfrentamento, que rompeu com 150 anos de tradição constitucional brasileira,

□ Publicado originalmente em *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 39, No. 1, (Jan. - Mar., 1977), p. 173-190. Tradução do original em castelhano por Raphael Lana Seabra. Revisão técnica por Arquimedes Belo Paiva.

¹ Theotônio dos Santos foi economista político e sociólogo brasileiro. Um dos formuladores da Teoria Marxista da Dependência e um dos principais expoentes da Análise dos Sistemas-Mundo. Mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB) e doutor “notório saber” pelas Universidades Federais de Minas Gerais (UFMG) e Fluminense (UFF). Foi Professor Emérito da UFF.

² Central de Inteligência Norte-Americana (Nota do Tradutor – N.T.).

(interrompidos apenas pelas lutas pós-independência, a proclamação da República em 1889 que sucedeu ao Império, pela Revolução de 1930 e pelo governo do Estado Novo de Vargas em 1937-45), mostrava a gravidade do momento histórico e a passagem à uma nova fase política marcada por um Estado de exceção permanente, em constante ampliação de sua área de autoridade e intervenção na sociedade civil. A ideologia fascista estava instalada no poder, combinada e mesmo subordinada às forças conservadoras de matizes liberais autoritários.

O caso brasileiro era o presságio de novos acontecimentos que indicariam a existência de uma tendência histórica. Em todos eles a mão brasileira intervém, base de apoio continental de uma corrente política autoritária que se somava aos organizadores internacionais desta onda repressiva: a CIA e o Pentágono.

Em 1966, em Santo Domingo, o conflito entre militares tende a se converter numa guerra civil e o general Caamaño, líder de uma das facções, entrega armas ao povo. A resposta do imperialismo se faz direta e rápida: ocorre a invasão norte-americana de Santo Domingo, seguida do apoio da OEA³ e a formação de um exército de ocupação interamericano encabeçado pelo Brasil. Desta intervenção é formado um governo conservador dirigido por Balaguer, apoiado basicamente por suas Forças Armadas e pelas de ocupação.

Neste mesmo ano, na Argentina, após vários períodos de confronto entre os setores liberais civis, os militares conservadores e o peronismo buscam instaurar um regime militar dirigido pelo general Onganía que deveria reproduzir o aparentemente exitoso modelo político brasileiro. No entanto, este governo enfrenta um movimento operário organizado, muito flexível e tático que limita o poder de ação da ditadura e submete a vida política nacional a uma forte pressão, cujo ponto culminante é a explosão do *cordobazo*⁴, que se alia à luta guerrilheira bem dirigida para lograr os objetivos de retorno do peronismo que se desenvolve em 1971. (Paralelamente formaram-se movimentos guerrilheiros independentes do peronismo, como o ERP⁵, que desenvolvem uma estratégia própria de longo prazo). Entre 1971 e 1976 a vida política argentina se verá marcada pelo auge das massas, sobretudo, operárias das mais significativas do continente, aliadas ou paralelas ao movimento guerrilheiro de grande fôlego e o ataque violento de um movimento peronista de direita

³ *Organização dos Estados Americanos* (N.T).

⁴ Insurreição popular ocorrida na cidade de Córdoba, em 29 e 30 de maio de 1969, liderada por sindicalistas ligados à *Confederação Geral do Trabalho* (N.T).

⁵ Exército Revolucionário do Pueblo foi uma organização guerrilheira que formava a estrutura militar do Partido Revolucionário dos Trabalhadores na Argentina (N.T.).

(massacre de Ezeiza⁶ e formação das AAA⁷, hegemonia do aparato estatal pelo declarado fascista López Rega) e do aparato militar. Tal processo tem sua primeira culminação no golpe de Estado de 1976, que procura impor o caminho do estado autoritário conservador, mas que conta com uma corrente fascista muito ativa, a qual, em certas circunstâncias, parece adquirir a hegemonia.

Em 1968, um grupo militar de orientação nacionalista e populista se apodera do poder no Peru abrindo um período de importantes transformações neste país: a nacionalização da Gulf⁸, do cobre, dos bancos, da indústria pesqueira, das terras da costa etc. Possivelmente foi o único caso recente de uma importante transformação nacional-democrática exitosa no continente. Nela, as massas não participaram ativamente, porém, desenvolveram sua capacidade organizativa e sua consciência política no contexto das medidas progressistas do governo militar. Com o tempo foi formada uma organização sindical e camponesa paralela aos esforços de controle estatal, a qual começa a se chocar com a estrutura rígida e tecnocrática do poder militar. Nestas circunstâncias, a corrente militar mais progressista busca formas de articulação com estas bases, falhando em grande medida devido as suas concepções paternalistas e a seus compromissos políticos institucionais. Ao mesmo tempo, uma corrente militar de direita busca formar uma base de massas para-fascista. Ambas as correntes debilitam-se e o processo, até o momento, segue seu caminho centrista com crescente matiz conservador.

Na Bolívia, em 1970-71 produz-se um importante novo contexto político: depois de anos de governos militares, inaugurados em 1960, que buscaram liquidar o forte movimento operário que havia realizado junto aos camponeses a revolução de 1952, aparece uma corrente militar nacionalista e popular que se apodera do Estado com o apoio do movimento operário e estudantil. Este fato abre caminho para a formação de uma Assembleia Popular, uma espécie de poder dual aberto que busca colocar o governo militar sob sua direção e aspira constituir um novo Estado socialista. Outra vez, a resposta da direita não se fez esperar. Esta foi articulada dentro das forças armadas, apoiada em setores da pequena burguesia e do campesinato abastado, e foi assessorada pela ditadura brasileira e pela CIA. Em 1971, o chefe do Estado Maior do governo do general Torres, o coronel Banzer, iniciou o golpe e, após uma resistência armada relativamente débil, tomou o poder.

⁶ Massacre ocorrido em 20 de junho de 1973, ocasião de retorno definitivo de Juan Domingo Perón à Argentina, foi resultado do enfrentamento e disputa pelo poder entre organizações armadas de direita e esquerda internas ao Peronismo (N.T.).

⁷ *Aliança Anticomunista Argentina* (N.T.).

⁸ Empresa petrolífera de capital estadunidense incorporada nos anos 1980 por outras empresas do ramo (N.T.).

Os processos aparentemente isolados que descrevemos formam parte de um tipo de luta de classes continental, que encontra sua culminação no Chile entre 1970-1973. Neste país, a luta de classes chega às suas últimas consequências e a luta ideológica e política, amortecida pelo atraso da sociedade civil dos outros países, revela de maneira definitiva o conteúdo do processo em curso no continente.

O governo da Unidade Popular é o primeiro a se estabelecer na América Latina colocando um programa de objetivo socialista antes de chegar ao governo. Inclusive o governo revolucionário cubano só se converteu em socialista dois anos após sua chegada ao poder. A instalação do governo popular chileno foi o resultado do fracasso do reformismo democrata-cristão e da radicalização interna que sofreu este partido em consequência da autocrítica realizada por seus setores democráticos (muitos dos quais romperam com a Democracia Cristã para reforçar a Unidade Popular).

O governo popular dispunha, portanto, de um respaldo majoritário para as medidas anti-imperialistas e anti-latifundiárias de seu programa. Quando estas medidas foram concluídas no período de um ano e médio e foram colocadas as medidas anti-monopolistas (nacionalização das grandes empresas) e socialistas (planificação, direção operária, mudança do Estado burguês por outro baseado no poder popular) do programa da UP, ocorre a ruptura desta frente tácita e se inicia a luta aberta entre a esquerda e a direita pela disputa dos setores médios ainda indecisos. Por um lado, os trabalhadores buscavam conformar um poder popular que estabelecesse as bases organizativas para aprofundar as medidas tomadas e criar um novo tipo de Estado. De outro lado, as forças conservadoras e um setor fascista cada vez mais organizado pressionavam a Democracia Cristã e as Forças Armadas para estabelecer uma aliança contra a Unidade Popular. As mobilizações de massa, as ações terroristas, a desorganização da economia, o cerco parlamentar e jurídico, o terrorismo psicológico e a exacerbação da propaganda irracionalista nos amplos meios de comunicação que possuía a direita, assessorada e economicamente sustentada e dirigida pela CIA, culminaram no golpe de Estado, o qual foi apoiado diretamente pelo Pentágono e dirigido (mais uma vez) pelo Chefe do Estado Maior do Governo Popular.

Estes fatos são os mais significativos: são as situações extremas de um processo revolucionário e contrarrevolucionário continental. Temos também o caso do Uruguai, onde se formou uma Frente Ampla que disputou as eleições com bons resultados em que os Tupamaros conseguiram alto nível de simpatia popular; este país de secular tradição liberal, em 1973, terminou sob um governo militar dos mais repressivos do continente. Temos o caso de El Salvador, onde a União Nacional Opositora (UNO) efetivamente venceu as eleições de

1971 e foi impedida de assumir o poder pelo velho mecanismo de fraude eleitoral, concluído sob um golpe militar de tipo institucional. Aconteceu também no caso guatemalteco, onde o movimento guerrilheiro conseguiu um auge importante nos primeiros cinco anos da década de 1960 e terminou sob outro governo militar. Várias outras situações similares produziram resultados não tão radicais, senão, fórmulas intermediárias.

2. Algumas Lições Gerais

O que estes fatos nos ensinam?

Eles demonstram claramente três coisas:

Primeiramente que existe um processo de radicalização recente da luta de classes no continente e que as opções ideológicas intermediárias seguem perdendo força e dando lugar a soluções extremas que rompem com uma tradição histórica de compromissos e inaugura uma nova fase econômica, social, política e ideológica. Isso não quer dizer que essas opções intermediárias não existam e, até mesmo, se mantenham no poder em certos países. No entanto, de uma forma ou de outra, ainda estes regimes que mantêm certos padrões democráticos, são afetados e passam por lentas modificações, mas que refletem no fundamental as duas tendências gerais apontadas.

Em segundo lugar, o processo de radicalização descrito traz em si uma tendência à formação de frentes de trabalhadores da cidade e do campo que arrastam setores da pequena burguesia e da intelectualidade até certo ponto em que a luta de classes assume caráter decisivo e se coloca a conclusão das tarefas anti-imperialistas, anti-latifundiárias com a destruição dos monopólios industrial e financeiro e a centralização do poder econômica nas mãos do Estado para iniciar a planificação da economia e um processo de construção socialista. A passagem a esta segunda fase do processo revolucionário encontra dois tipos de limitação:

- a) Uma limitação ideológica devido ao conteúdo essencialmente democrático e nacional dos programas populares e a falta de preparo ideológico da mencionada frente para dar este salto programático. Os operários e os setores da intelectualidade tendem a antecipar tais transformações mais facilmente que os outros setores da frente, mas lhes faltam experiência e elaboração estratégica, tática e organizativa para sozinhos superarem o impasse no momento preciso em que se faz necessário arrastar consigo os demais setores populares.

- b) Uma limitação social que se deve ao surgimento de uma contradição objetiva no seio das forças que compõem o movimento de massas quando a fase destrutiva de um governo popular está esgotada. A pequena burguesia se vê ameaçada por um processo de socialização que anarquicamente é anunciado. A vacilação das forças populares e sua divisão interna não permitem apresentar soluções, a economia tende a se estagnar, a inflação gera enorme desordem social e demonstra a incapacidade do governo e do movimento popular para resolver o empate das forças sociais e políticas. Neste momento, são criadas as condições sociais, políticas, ideológicas e psicológicas para a mobilização ativa da direita, as quais permitem arrastar a maior parte da pequena burguesia para seu lado e levar a cabo com êxito o golpe de Estado.

Em terceiro lugar, em tais circunstâncias, o surgimento de regimes de direita não tende a produzir um fenômeno passageiro. A direita sabe que necessita limpar totalmente a vida política dos riscos que levaram ao avanço do movimento popular e busca transmitir tal sentimento a amplos setores pequeno-burgueses, que ficam traumatizadas com a “anarquia” anterior (anarquia, em parte, real, pois ao não se completar o processo de transformação revolucionária, as medidas tomadas na primeira etapa são, a posteriori, anuladas pela situação social de indefinição e, sobretudo, perdem seu sentido original ao serem desfeitas ou manipuladas, sob um novo signo, pela burguesia triunfante). Tal situação de terror contrarrevolucionário dominante conduz, portanto, o vasto movimento de forças golpistas a entrar na etapa seguinte, onde o grande capital nacional e, principalmente, o internacional assume o controle do conjunto do processo contrarrevolucionário. Nessa nova etapa de ação os governos contrarrevolucionários tratam de adotar medidas que, segundo os teóricos do grande capital, são as que permitem superar de modo definitivo os fatores que permitiram o avanço do movimento popular e ameaçaram a sobrevivência do regime econômico-social. De acordo com essa interpretação, esses fatores seriam os seguintes:

- 1 as condições democráticas favorecidas pelas liberdades públicas democrático-burguesas seriam a primeira causa da crise vivenciada. Em tal circunstância, cabe ao novo regime implantar o terror generalizado, a repressão das organizações de massa e dos partidos populares e, também, de seus aliados liberais que obstaculizem as medidas repressivas, a censura sobre os meios de comunicação de massa, o controle e a intimidação dos intelectuais e, em particular, das universidades. Desta maneira, é colocada uma sistemática política repressiva cujo fundamento ideológico e psicológico é o de restabelecer a ordem social perdida.

- 2 a legislação liberal é, portanto, convertida num limite a essa política repressiva e torna-se necessário estabelecer um Estado de exceção. Alguns setores de orientação ideológica fascista colocam a formação de um Estado corporativo, tarefa pouco real nessas condições, dado o caráter altamente impopular das medidas econômicas que são adotadas para favorecer o grande capital e destruir a capacidade de reação política das grandes maiorias democráticas, inclusive dos setores pequeno-burgueses que apoiaram o golpe, mas não se sentem contentes com o processo de concentração econômica e centralização de capitais que o governo gerado pelo golpe patrocina. Apesar de se sentirem atraídos por um governo corporativista, os setores pequeno-burgueses não atraem suficiente confiança do grande capital, nem dispõem da força necessária para impor, sobretudo, ao capital internacional, seu ponto de vista e sua participação institucional no Estado pela via do corporativismo. Apesar dessas diferenças, no entanto, há um acordo geral de fortalecer o Executivo, de debilitar ou extinguir o parlamento e aumentar o poder repressivo do Estado.

Ideologicamente os dirigentes golpistas tendem para um ideal de vida conservador de caráter liberal e privado, que seja compatível com a conservação da sociedade civil. Num primeiro momento, em geral, todas as limitações à vida privada estabelecidas pelo golpe são consideradas como uma situação transitória. Todavia, a situação concreta contraria esta noção de transitoriedade. Em 1964, no Brasil foram suspensos os direitos políticos dos inimigos do novo regime por dez anos, doze anos depois não desapareceram as condições de excepcionalidade e foram tomadas novas medidas de restrição dos direitos dos antigos políticos. Ao aprender essa lição, o novo golpe de Estado uruguaio de 1976 aumentou o prazo da suspensão dos direitos políticos de seus inimigos a vinte anos. Dessa forma, existe um compromisso real e cada vez mais ideológico entre os setores conservadores e os fascistas em busca de uma fórmula política autoritária que suprima a condição de excepcionalidade e aceite a concepção de um novo Estado muito mais próximo ao Estado fascista que ao liberal-autoritário.

No plano econômico, a princípio, há a tendência ao restabelecimento sobre novas bases os princípios da livre concorrência ameaçados pelas medidas intervencionistas dos governos populistas e pelos vários compromissos sociais do Estado que afetavam a eficiência e a produtividade. Para isso é necessário atenuar as pressões do movimento popular e controlá-lo. Derrotado este movimento e com a força do Estado totalmente em mãos do grande capital, este não vacila em estabelecer as condições econômicas perfeitas para limpar as empresas e os órgãos públicos dos “excessos” de trabalhadores, assim como em destruir

pela falência as empresas ineficientes, em geral de menor dimensão. É instaurado o reino da “eficiência” e da “produtividade”, são desenvolvidas amplas campanhas publicitárias para demonstrar a proeminência do crescimento sobre a distribuição da renda e da produção sobre os “direitos sociais”, etc.

No entanto, deve-se notar que tal processo não pode excluir o aumento crescente das intervenções estatais, sobretudo, como produtor direto. Ao estado é exigido, com força máxima, elevada eficiência para servir aos objetivos desenvolvimentistas do grande capital. Esta eficiência, posteriormente, demonstrará contradições com os objetivos econômico liberais, ao aumentar a capacidade competitiva da empresa estatal, ao ampliar sua capacidade de acumulação e, portanto, sua expansão para setores econômicos com altas taxas de lucro que normalmente são reservadas ao setor privado. Mesmo assim, a intervenção do Estado sobre a economia, ainda que seja para favorecer ao processo de acumulação com maior grau de concentração e centralização, faz com que, ao mesmo tempo, aumentem seus instrumentos de ação, tal como o apetite intervencionista da burocracia e tecnocracia estatal.

Este conjunto de elementos políticos, jurídicos, ideológicos e econômicos indicam claramente que as ditaduras não vêm por um período passageiro, mas sim para durar. Para que esta tendência à *duração* seja convertida numa ideologia abertamente antiliberal, que pretenda instaurar *definitivamente* um regime totalitário de caráter fascista, existe apenas uma tênue barreira. Os regimes ditatoriais atuais são, portanto, uma primeira fase de um processo de fascistização de longo prazo. Portanto, deve ser discutido teoricamente a questão do fascismo, seja sob sua forma clássica seja sob sua forma dependente e atípica.

3. Sobre a Teoria do Fascismo

A discussão teórica sobre a possibilidade, viabilidade e características do fascismo dependente está em curso na América Latina. Ela tem de se pronunciar sobre três problemas. Quais são as características essenciais do fascismo? Quais são as condições históricas que levam a seu surgimento no subcontinente latino-americano? Quais são os elementos específicos que apresenta essa modalidade de fascismo? Examinemos rapidamente cada um deles.

Tendo surgido na Itália em 1919 e chegado ao poder em 1922, o movimento fascista se estendeu a toda Europa, aos Estados Unidos e a América Latina. Posteriormente, com o golpe de Estado de Pilsudsky na Polônia, em 1926, de inspiração fascista e com a vitória do nazismo na Alemanha em 1933, o fenômeno fascista já se apresenta não apenas como um

movimento político, mas também como uma aliança de Estados nacionais que se estende à Espanha, Japão e, posteriormente, a quase toda a Europa Continental ocupada pela Alemanha e formada por governos colaboracionistas com o nazismo.

Portanto, é necessário distinguir dois aspectos no fenômeno fascista: o movimento político e a formação de Estados fascistas, aliados e colaboracionistas.

É possível admitir, teoricamente, a existência de um Estado fascista que não tenha sido gerado por um movimento fascista, mas sim por uma ocupação ou um golpe militar, tal como sucedido na Europa entre 1939 e 1945. Por outro lado, poderia ser admitido o ascenso ao poder de um movimento fascista em posição subordinada, ainda que não lograsse se estabelecer um Estado fascista, mas apenas em formas parciais do mesmo. Depois de tudo, o estabelecimento de uma legislação fascista na Itália, Alemanha, Espanha e Portugal foi o produto de longos anos de negociação com os conservadores, os quais, em geral, abriram as portas ao fascismo.

A distinção destacada também é importante desde o ponto de vista socioeconômico, quer dizer, do conteúdo de classes do fascismo. Em geral, o movimento fascista surge em meios pequeno-burgueses, do lumpen-proletariado e de setores decadentes da oligarquia latifundiária.

Em geral, enquanto esteja formado por estes setores possui uma vida vegetativa, escasso financiamento e tendências ideológicas anti-capitalistas, ao mesmo tempo que anti-comunistas. O fascismo só se converte em força capaz de chegar ao poder e se manter nele quando atrai o interesse e apoio do grande capital. Este apoio ocorre quando este necessita dos grupos fascistas para enfrentar o comunismo ou a revolução popular. A grande burguesia aceita pactuar com esses grupos de desclassificados e admite lhes entregar o poder apenas como último recurso, quando sua base social está profundamente minada. O movimento fascista pode cumprir o papel regenerador do capitalismo porque expressa exatamente os temores, desejos, ambições e valores pequeno-burgueses liberados das travas sociais que sufocam cotidianamente a pequena burguesia.

Estes valores podem servir ao grande capital por seu anti-comunismo e sua ânsia de liderança autoritária capaz de unir pela violência uma classe dispersa e anárquica em suas relações econômicas e sociais. Eles permitem justificar a repressão ao comunismo e à revolução, repressão ainda mais aceitável para um pequeno-burguês que odeia o proletariado que é menos culto, mais bruto e mais mal vestido do que ele, mas que está em vários casos mais organizado, possui rendas superiores as das camadas baixas da pequena burguesia, e

tem o futuro a seu lado. Por fim, o pequeno burguês odeia o proletário como símbolo de sua futura proletarização, que ele quer evitar a todo custo. Portanto, o pequeno-burguês é a base social adequada para realizar a repressão do movimento do proletariado. O fascismo ensina a arte de mobilizar ativamente estes setores e passa a ser necessário quando a classe operária ameaça a ordem capitalista, sem dar o passo decisivo ao socialismo, quando se desgasta, se divide e se confunde politicamente e, assim, se expõe à repressão.

Mas o Estado fascista é o resultado da fusão deste movimento pequeno-burguês com a burguesia, particularmente, com os grandes capitalistas e tem uma base social distinta. Vimos que o movimento fascista só pode chegar ao poder pela mão dos conservadores e, especificamente, quando o grande capital que domina o Estado e a sociedade tem dele necessidade, o aceita e o promove. Por consequência, o regime fascista deverá refletir os interesses hegemônicos do grande capital. Isto entra em contradição aparente com a base social do fascismo. Esta contradição se manifesta quando o regime é instaurado e tem que destruir o setor anti-monopolista do movimento, sujeitar os grupos paramilitares e consegue um acordo político e ideológico com o setor dos conservadores dispostos a se aliar ao fascismo. Cabe ainda ao regime liquidar toda resistência liberal, que se oponha a sua consolidação.

Desta maneira, o regime fascista não é uma aplicação *a outrance* dos ideias confusos e demagógicos do movimento que lhe dá origem e não obedece necessariamente a um padrão rígido. O regime não conseguiria subsistir se aplicasse mecanicamente tais ideais. Os regimes fascistas concretos são o resultado do compromisso entre esses ideais e as condições objetivas. Como todo processo sociopolítico, é também produto do pragmatismo. O Estado fascista não se diferencia do liberal em sua essência, mas em sua forma, que é importante, mas não decisiva. O Estado fascista busca eliminar a distinção entre a sociedade civil e o Estado, estabelece uma adesão incondicional do indivíduo ao Estado, elimina o regime de partidos e estabelece o partido único como extensão do Estado mais do que como expressão política da vontade de suas bases. Estabelece também a mais forte verticalização e militariza a vida social. As formas corporativas devem ser vistas como partes da articulação do Estado e do Partido, de cima para baixo, pela qual a ordem econômica e social busca controlar diretamente as contradições nascidas da luta de classes no plano econômico e estabelecer a intervenção estatal de maneira mais direta.

Mas o fascismo não elimina a propriedade privada, a organização empresarial capitalista e o direito civil burguês, fundamento daquela sociedade civil que busca eliminar no plano do direito público.

Além disso, o fascismo favorece de maneira especial o avanço do monopólio ao estimular todos os fatores de concentração econômica e centralização financeira ao submeter a classe trabalhadora a condições negativas de negociação econômica que facilitam a sobreexploração da força de trabalho, e as altas taxas de lucro que são revertidas em favor do grande capital, do monopólio e do processo de concentração em geral.

Consequentemente, o fascismo, apesar de sua aparência ideologicamente totalitária, economicamente estatista e politicamente anti ou unipartidária, quer dizer, em seu conjunto antiliberal, não deixa de ser expressão extrema daqueles elementos essenciais que conformam a ordem liberal capitalista. A oposição entre liberalismo e fascismo apesar de ser real e de expressar estágios distintos do capitalismo, portanto, não é absoluta. Tampouco, não é absurdo pensar num regime misto entre fascismo e liberalismo político no qual predomine um ou outro aspecto.

Essencialmente, portanto, o fascismo apenas triunfa e se converte num regime permanente quando são cumpridas certas condições históricas:

- primeiramente, que haja uma ameaça aberta ou próxima de uma revolução proletária ou que ao menos seja percebida assim pela pequena burguesia e pelos grandes monopólios, sem que a classe operária tenha força suficiente para triunfar ou ainda para impor condições democráticas que permitam continuar seu desenvolvimento;

- em segundo lugar, que haja uma necessidade unidade nacional capaz de obrigar a grande burguesia a se servir de elementos marginais para garantir seu poder. Tais circunstâncias são criadas em parte pela guerra civil ou sua ameaça, mas também pelas necessidades econômicas daqueles países que têm atraso histórico no desenvolvimento do capitalismo e encontram certas barreiras exteriores em sua expansão econômica em direção ao mercado externo e certas barreiras interiores para a expansão do mercado interno (sobrevivência das aristocracias rurais e de relações pré-capitalistas, incapacidade do desenvolvimento capitalista tardio em absorver a mão de obra que abandona o campo seu tendência à grande concentração de renda como produto da monopolização rápida nas fases iniciais de crescimento, etc.).

- que o Estado democrático-liberal ou formas pouco articuladas de Estados de exceção não seja capazes de conseguir a legitimidade social suficiente para se manter e nem de assegurar os meios de repressão, gerando uma crise geral aberta de caráter institucional, de autoridade e econômica (manifesta, sobretudo, na onde hiper-inflacionária). Do ponto de vista de suas características podemos afirmar que o fascismo é:

– um regime totalitário do grande capital, exercido por um setor social de sua confiança, em geral, de origem pequeno-burguesa. No fascismo europeu este setor foi uma organização paramilitar, nos casos da Itália e Alemanha, ou diretamente militar na Espanha. A importância das hordas paramilitares na tomada do poder determina o papel desempenhado pelo movimento fascista no regime político que posteriormente é instalado.

– um regime repressivo do grande capital que busca *destruir* a oposição comunista e abrandar a posição liberal, paralisar a crítica social e intelectual, destruir qualquer elemento ideológico de resistência a seu domínio total.

– um regime do grande capital agressivo no exterior, com tendências expansionistas e contra Estados liberais, como uma fonte mística nacional apoiada em ideias raciais, imperialistas, tradicionais, etc., e nos inimigos da unidade nacional que estão à vista. Neste sentido, seu racismo tanto pode ser anti-judeu, como antinegro, anti-branco, anti-árabe, etc. Porém, sempre será anticomunista.

– uma ideologia irracionalista, que valoriza elementos culturais românticos, heroicos e místicos e seu vínculo direto com o político. Ideologia que deve buscar uma difícil conciliação entre o totalitarismo na ordem pública e o critério privado na econômica, no entanto, rompendo com o capitalismo liberal puro e afirmando o papel da intervenção estatal e das grandes empresas capitalistas.

– um movimento político de origem pequeno-burguesa que se desenvolve em oposição ao crescimento revolucionário do proletariado e que afirma o princípio da autoridade e da disciplina como forma de superar o “caos” social gerado pela crise e pelo desenvolvimento do movimento operário. A maturação deste movimento e sua capacidade de chegar ao poder só se torna possível quando possui o apoio do grande capital e se submete a sua estratégia geral.

4. Sobre o Fascismo Dependente

O fascismo surgiu, historicamente, nas potências hegemônicas, nas metrópoles coloniais. Todavia, é necessário assinalar que tanto a Itália, como a Alemanha, como a Espanha e Portugal eram potências coloniais de segunda ordem. Se bem que a Alemanha, tal como o Japão, aspiravam a se converterem em imperialismos importantes, para lográ-lo teriam de entrar em uma guerra vitoriosa com a Inglaterra, Estados Unidos, França, Holanda e Bélgica. Ou seja, teriam de modificar radicalmente a face da terra. Por isso, o nazismo alemão tinha que aspirar a um universalismo que na boca de Mussolini parecia ridículo e

soava como uma aspiração ideológica, utópica e inconsistente. Por sua vez, os fascistas espanhóis e portugueses só podiam sobreviver à sombra da proteção inglesa e, depois, norte-americana.

O Brasil e a Argentina são também países atrasados cujas burguesias aspiram ou aspiravam lograr um poder econômico e político imperial sobre a América do Sul. Outras burguesias latino-americanas podem ter aspirações similares. No entanto, elas não podem chegar sequer à hegemonia de sua economia nacional, pois iniciaram seu desenvolvimento capitalista industrial na etapa em que o capitalismo mundial havia chegado a um alto nível de integração econômica sob a hegemonia dos Estados Unidos, o qual está articulado pelas corporações multinacionais, fator concentrador de tecnologia e da produção, centralizador do capital em escala internacional, que destrói a capacidade das burguesias locais de dominar seus mercados internos de bens, serviços e capitais. Ao mesmo tempo, qualquer processo de expansão para o exterior encontra um mercado ocupado por estes gigantes multinacionais difíceis de derrotar ou mesmo de competir.

Em tais condições, o processo político nos países capitalistas dependentes tem que refletir essa dinâmica internacional. Nos anos 1930, os esforços de libertação nacional e desenvolvimento industrial latino-americanos chocavam-se com os dominadores imediatos, ingleses ou norte-americanos, e muitos de seus dirigentes viam no fascismo italiano e no nazismo alemão um possível caminho político interno e uma fonte de ajuda internacional. No entanto, as cópias do fascismo feitas, principalmente por Vargas e Perón, nunca conseguiram se identificar com esses regimes, pois se bem atendiam ao impulso nacionalista e de crescimento industrial similar ao italiano, tinham que se apoiar em bases sociais distintas. A pequena burguesia latino-americana se mostrava insuficiente para liderar um processo fascista, o grande capital local de caráter agrícola, comercial e financeiro tinha que ceder passagem a uma nascente burguesia industrial, que buscava se apoiar no Estado e utilizar a seu favor a classe operária. As formas corporativistas para as quais tendia o Estado latino-americano refletiam, portanto, um ideal libertador e não reacionário, mas ao mesmo tempo alienavam o movimento operário ao capital industrial e a uma ideologia nacionalista burguesa, autoritária e desmobilizadora da classe num sentido revolucionário.

Esta ambiguidade constitutiva desses regimes fez com que fossem identificados com o fascismo (Perón, Vargas e até Cárdenas foram acusados de fascistas), para depois serem reabilitados historicamente no próprio decorrer de seus governos (como os casos de Cárdenas e Vargas) e serem convertidos em campeões da democracia, do antifascismo e do anti-

imperialismo. Ambas as visões são equivocadas ao não reconhecerem a natureza ambígua que os caracterizava, com seus vacilos e oscilações políticas.

Hoje em dia a situação é diferente: os governos de força se constituem contra os herdeiros do populismo anterior ou de expressões mais conscientes do reformismo e da revolução operária. Que estranhos movimentos são produzidos na sociedade para que possam ocorrer tais fenômenos históricos tão contraditórios?

O populismo perdeu sua vigência histórica quando a classe social que o hegemonizou e lhe deu origem fracassou. As burguesias locais, que tinham ganhado certa autonomia no mercado internacional durante a depressão mundial de 1929-1934 (e a insuficiente recuperação de 1935-1938 que conduziu a uma nova crise, assim como durante a guerra mundial de 1939-1945), haviam tentado estabelecer o desenvolvimento industrial baseado no capital nacional, na defesa de seu mercado interno por meio do protecionismo cambial, na importação de tecnológicas e num conjunto de medidas de desenvolvimento econômico. Tais aspirações foram em vão, pois, terminada a guerra e iniciado um novo ciclo de acumulação capitalista em escala mundial, cujas características destacamos, a burguesia internacional passou a ocupar o espaço destas burguesias locais.

O enfrentamento entre o novo modelo de acumulação baseado no capital multinacional e o velho modelo nacional-democrático se desenvolveu em cerca de vinte anos de importantes conflitos políticos. De um lado, o imperialismo com um grande aparato financeiro internacional (o FMI e o BM) e regional (BID, Eximbank, Aliança para o Progresso⁹), um enorme instrumental militar (Tratado do Rio de Janeiro, treinamento de oficiais, missões militares, UNITAS¹⁰, etc.), o controle da venda de armamentos, o domínio dos esquemas estratégicos internacionais e continentais, o controle da tecnologia em pleno desenvolvimento da revolução científico-técnica, a mobilidade extrema de capitais e o *know-how* do processo produtivo e da comercialização.

De outro lado, as burguesias locais desenvolvidas a partir de posições muito débeis e rapidamente enriquecidas com as oportunidades das crises internacionais de 1914-1921 e 1929-1945, que contavam com o apoio de um movimento popular muito ativo, mas pouco organizado, e de manobra tão mais difícil quão mais longe havia de levar o enfrentamento com o imperialismo; que mesmo contando com o Estado, era este produto de enormes conciliações de classe, seja com a oligarquia tradicional seja com os novos setores

⁹ Respectivamente: Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial. Banco Interamericano de Desenvolvimento e *Export-Import Bank of the United States* (N.T.).

¹⁰ Em atividade desde 1959, trata-se de atividades navais “multilaterais” orquestradas pelos Estados Unidos nas Américas (N.T.).

emergentes de trabalhadores. Portanto, essa burguesia local era caracterizada por uma debilidade intrínseca desde o ponto de vista econômico (baixa produtividade assegurada pela proteção cambial), financeira (processo de especulação financeira com a ajuda direta do Estado) e política (débil e contraditória frente de classes, com compromissos políticos onerosos para o aparato estatal, tendência ao déficit orçamentário permanente com suas consequências inflacionárias e sua tendência à intensificação em vários momentos históricos mais críticos).

Foi relativamente fácil convencer esta burguesia local de que não havia outro caminho senão que se integrar nos melhores termos possíveis ao capital internacional. Mas não foi assim em relação às bases operárias e pequeno-burguesas que continuaram impulsionando o programa nacionalista e democrático ao qual, porém, deram uma tonalidade cada vez mais estatista, intervencionista e anti-imperialista. Assim, era difícil por de lado esta frente de massas, que foi enfrentando progressivamente o imperialismo e seus aliados nacionais (capitalistas, técnicos e gerentes, setores assalariados da classe média aspirantes a um consumo de produtos tecnologicamente avançados fabricados por empresas internacionais), de outro lado, os setores populares (operários, camponeses, setores da classe média de baixa renda, parte da pequena burguesia) e alguns poucos setores burgueses que ainda mantinham uma aspiração nacionalista.

Este novo enfileiramento de blocos sociais se faz ainda mais patente com o avanço da Revolução Cubana desde seu período democrático e nacional entre 1958-1960 até o período socialista que instituiu a primeira República Socialista da América Latina. Isso demonstrava de maneira evidente os limites do nacionalismo burguês e, também, que uma luta anti-imperialista consequente conduzia inevitavelmente ao socialismo.

A luta contra uma revolução social, em processo de amadurecimento no continente, tinha que ser articulada continentalmente. Somente o imperialismo norte-americano possuía os contatos, os meios técnicos, os recursos financeiros e o poder político para dirigir tal luta. A operação montada foi em torno de três elementos básicos: reformismo econômico, reformismo político e repressão (contra-insurgência e, onde fizesse falta, regimes militares).

Os militares foram considerados como uma elite de classe média com aspirações modernizadoras. A doutrina da segurança nacional integrava os três elementos assinalados. Para conseguir a segurança interna não bastava combater uma insurgência que tinha origens sociais no subdesenvolvimento e na demagogia populista. Teria de transformar a economia pela vida de reformas não-revolucionárias, que estimulassem o livre jogo do mercado e o domínio das forças tecnologicamente mais avançadas. Havia também que reformar o

poder político substituindo a demagogia populista pela eficiência organizativa, a programação técnica e despolitizada, superior às pressões das massas incapazes de lograr resultados eficazes.

A doutrina da segurança nacional tem sido a base ideológica que permitiu unificar politicamente a maioria militar. Seu conteúdo fascista é pouco similar ao clássico, mas é muito claro: esta ideologia substitui a figura do chefe por uma elite tecnocrática militar e civil, a do partido pelo aparato burocrático nacional militar; por outro lado, a ideia da repressão e da ordem como fatores do desenvolvimento nacional da força da nação é tipicamente fascista. O movimento fascista de base só se torna necessário para provocar a destabilização do poder das massas. Também foram usadas as milícias e os grupos paramilitares para diminuir a responsabilidade direta das forças armadas nas tarefas mais sujas de repressão. No entanto, tem sido sempre necessário controlar e subordinar tais aparatos (muitas vezes compostos de militares aposentados, policiais e até militares em exercício) que tendem, às vezes, a certa autonomia de ação e a uma violência irracional.

O que diferencia, portanto, este fascismo daquele dos modelos clássicos?

Primeiramente, trata-se de um Estado imposto por cima, que antes fortalece o capital internacional ao nacional (mas hoje em dia é o primeiro e não o segundo quem representa o grande capital a nível local, pois as maiores empresas do país são as transnacionais), que prefere a repressão de elite antes de mobilizar as bases. Por fim, dado o caráter de compromisso político que foi produzido em alguns países, a ala fascista não ocupa os principais postos de comando e opera melhor à sombra.

Em segundo lugar, é natural que nestas condições seja produzida certa independência relativa entre o movimento político fascista relativamente débil (que só consegue certo auge em situações críticas quando este movimento assume caráter ideologicamente muito difuso) e o Estado fascista dominado pela elite empresarial, militar e tecnocrata. Tal Estado não pode recorrer sem problemas a mediações corporativas, pois não tem maiores esperanças de subordinar organicamente a classe operária e até a pequena burguesia, em geral, descontente com o caráter claramente entreguista e pró-monopolista da política fascista.

Em terceiro lugar, tais contradições internas debilitam estes regimes fascistas, dão certo espaço para a sobrevivência política do movimento popular e, dialeticamente, obrigam o regime a se apoiar numa interminável ação repressiva que busca resolver pela força a falta de legitimidade ideológica.

Em quarto lugar, o regime sobrevive apoiado muito mais na apatia política do que em amplos setores pequeno-burguesas e operários do que na capacidade real de ganhar seu apoio ativo. O fascismo atual se mostra, portanto, mais débil politicamente que os modelos clássicos.

Estes elementos gerais nos ajudam a colocar o último ponto deste trabalho: a questão da luta antifascista.

5. A Questão da Luta Antifascista

A vitória de vários golpes fascistas na América Latina e em outras partes do Terceiro Mundo, o crescimento de movimentos fascistas na Europa e América do Norte, a direitização dos partidos conservadores e a elaboração de uma estratégia global do imperialismo de inspiração golpista, são o resultado de uma dupla característica da crise geral do capitalismo contemporâneo. De um lado, a crise geral do capitalismo cria as condições de desenvolvimento do movimento popular, seu fortalecimento, sua maior ação ofensiva, seu maior radicalismo. De outro lado, a perspectiva de um movimento de massas em ascenso aguça a capacidade de reação da burguesia, aumenta sua decisão contrarrevolucionária, radicaliza suas concepções políticas e estratégicas anti-operárias.

Nestas condições históricas, a questão da democracia ganha uma dimensão predominante. A burguesia monopólica que hegemoniza o processo sociopolítico tende a restringir aberta ou subrepticiamente os direitos democráticos das massas. De outro lado, as massas tendem não só a lutar por conservar esses direitos, como também a ampliá-los e, o que é mais importante, a utilizá-los com sentido de transformar a ordem social existente. Ou seja, a luta democrática insere-se claramente no interior da luta pelo socialismo. Esta mutação da consciência das massas tende a se transformar num fenômeno internacional cada vez mais intenso e profundo.

Nos países dependentes, a luta democrática está diretamente associada com a luta anti-imperialista e anti-latifundiária. Como resultado de um processo de subordinação do desenvolvimento capitalista local ao domínio do capital internacional, as lutas democráticas, anti-imperialistas e anti-latifundiárias, na medida em que são levadas às suas últimas consequências, se inserem necessariamente na luta pelo socialismo, único regime capaz de

permitir a consolidação das transformações democráticas, anti-imperialistas e anti-latifundiárias.

Por esta razão, vão se estreitando cada vez mais a margem de atuação liberal do imperialismo e de seus aliados locais em cada país. A opção fascista é transformada, portanto, numa necessidade de sobrevivência do grande capital internacional e local. Esta é a verdadeira natureza do fascismo dependente, por mais que possam variar suas formas.

Conseqüentemente, a luta antifascista assume um caráter universal e continental. Apesar de que o programa mínimo imediato da frente de forças antifascistas deva se restringir ao objetivo concreto de paralisar a repressão e derrubar seus executores, estes objetivos não são suficientes para despertar a confiança e a decisão política das grandes massas. Elas precisam ser advertidas de que a única destruição efetiva do fascismo somente se conquista levando até as últimas conseqüências a luta contra o imperialismo, o latifúndio e os monopólios, e iniciando a construção de uma sociedade socialista.

A clareza deste objetivo final se torna ainda mais evidente quando se compreende que o fascismo é uma solução desesperada, o último recurso de sobrevivência do grande capital na fase do processo de revolução socialista mundial.

Isto não quer dizer que a burguesia não-monopolista como também os setores mais politizados do grande capital não estejam preocupados em abrir uma perspectiva democrático-burguesa que permita a solução de re-transformação frente a uma eventual ruína dos regimes fascistas, cuja falta de legitimidade e precária base social é evidente e preocupante para tais forças.

Não tem sido outra a razão pela qual a socialdemocracia tem buscado penetrar no movimento operário não só latino-americano, mas também no da África e da Ásia para abrir um caminho não-socialista de luta antifascista, caminho o qual são também somados setores democrata-cristãos e nacionalistas de esquerda.

A luta pela hegemonia burguesa, pequeno-burguesa ou proletária na luta antifascista passa a ser o aspecto fundamental dessa luta na etapa atual. O processo de amadurecimento ideológico do movimento operário latino-americano tem sido lento pelo próprio atraso econômico das massas, suas aspirações políticas atrasadas e a hegemonia ideológica que o nacionalismo burguês exerceu sobre o movimento popular e, por último, devido à enorme e bem orquestrada ofensiva ideológica do imperialismo ao redor de um reformismo desenvolvimentista que põe ênfase especial na eficiência e na segurança.

A classe operária latino-americana tem, portanto, algumas experiências políticas importantes que podem acelerar seu desenvolvimento organizativo e político independente e, por conseguinte, tem a capacidade para hegemonizar a luta antifascista e lhe dar um conteúdo radical de liquidação de suas raízes econômicas e, assim, de conduzir de modo contínuo e revolucionário a etapa de derrubada do fascismo para a etapa imediatamente superior de lançamento das bases para a revolução socialista.

Estas experiências políticas estão expressas no fracasso continental dos movimentos populistas, na imagem positiva e alentadora da construção socialista em Cuba e, ao nível internacional, no avanço de exemplos revolucionários de líderes autênticos ainda que tenham fracasso em seus esforços imediatos, na crescente discussão estratégico-tático, no desenvolvimento do pensamento marxista no continente e internacionalmente. Por fim, não pode deixar de influenciar na formação dessa consciência o avanço do movimento operário nos países desenvolvidos e da revolução nos países coloniais, particularmente, no Sudeste Asiático e na África.

A ameaça do fascismo se converteu no problema político fundamental da América Latina. Nos países sob ditaduras militares, a questão principal é impedir sua consolidação frente às massas e conseguir mobilizá-las para provocar sua queda utilizando todos os meios à disposição do movimento popular. Nos países onde persistem condições liberais, a tarefa principal é impedir pela firme ação das massas que as vacilações e debilidades liberais abram mais uma vez caminho à vitória dos setores fascistas, alentados pelo imperialismo. Tanto num caso como no outro, a única segurança de triunfo contra o fascismo e à abertura das condições para uma ofensiva revolucionária das massas é a independência política e organizativa do proletariado, sua consciência socialista e, sobretudo, como resultado e parte da concretização do anterior, uma firme e decidida ação do movimento operário e de seus partidos de vanguarda para agrupar ao seu redor todas as forças afetadas pelo fascismo e por sua base social, constituída pelos monopólios nacionais e internacionais.

A única segurança do triunfo sobre o fascismo depende também que o movimento operário seja capaz de entender a unidade intrínseca das tarefas democráticas e anti-imperialistas como tarefas socialistas, que são as únicas capazes de assegurar a consolidação das primeiras; por outro lado, de sua capacidade de entender que o êxito das tarefas socialistas está condicionado por sua capacidade de dirigir vitoriosamente as tarefas democráticas, sem sectarismos, mas ao mesmo tempo sem compromissos paralisantes; de não perder o apoio de nenhuma força nem de um só aliado na luta contra o fascismo, os monopólios nacionais e internacionais e contra o latifúndio; de não atar suas mãos com

nenhum aliado ou força social que restrinja a profundidade da luta. Este é o desafio tático que enfrenta o movimento operário em processo de amadurecimento.